

Companhia Energética Manauara

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

CONTEÚDO

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Manauara (Companhia), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores seu Relatório Anual, contendo a síntese dos principais fatos ocorridos e julgados relevantes, bem como as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Considerações Iniciais

A Companhia foi constituída em 30 de março de 2005, tendo por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoeletrica no município de Manaus/AM.

Detém autorização do Poder Concedente para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica (PIE) por meio da Resolução Autorizativa n.º 608, de 13 de junho de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Seu parque gerador, com quatro motores em operação e capacidade instalada inicial de 68,30 MW, entrou em operação comercial em 22 de setembro de 2006. Além dos quatro motores em operação, existe uma quinta máquina reserva que é acionada em momentos de manutenções das demais. Os seus motores que inicialmente operavam apenas com óleo combustível, foram submetidos a uma conversão em 2012 e passaram a operar em sistema bicombustível (90% gás natural e 10% óleo combustível) para o fornecimento contínuo e confiável de energia ao sistema elétrico da cidade de Manaus, contribuindo desta maneira, dentre outros fatores, com menores níveis de emissões atmosféricas.

A Companhia, em 2021, contratou a Wärtsilä para uma nova conversão de seus cinco motores (quatro em operação e um reserva) para a modalidade *Single Gás* ("SG"), com operação com 100% gás natural, sem necessidade de compressor de gás. A conversão do último motor foi concluída em 30 de janeiro de 2022. Os motores convertidos tiveram os seus horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção, além do aumento da capacidade instalada para 73,4 MW. O investimento total no projeto foi de R\$124 milhões. Considerou-se para viabilizar o projeto o reembolso via Sub-rogação da Conta de Consumos de Combustíveis (CCC).

A UTE Manauara ("UTE") possui contrato para o fornecimento exclusivo de energia firme gerada (potência de 60 MW) à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, que incorporou a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A (AmGT), sucessora da Amazonas Energia (AME). O contrato tem vigência por vinte anos (até 2025) e, ao final, os bens e instalações da UTE serão revertidos e passarão a integrar o patrimônio da Eletronorte, sem qualquer indenização.

Em razão das obrigações e direitos estabelecidos em contrato, que dentre outras condições representa a transferência de riscos e benefícios relevantes para a Eletronorte, essa operação se caracteriza como arrendamento mercantil, sob a égide do CPC 06 (R2).

Sustentabilidade Corporativa

A Companhia é uma controlada indireta da Global Participações em Energia S.A. (GPE). O Grupo Global possui estratégias para atuações socioambientais a fim de manter-se alinhado ao conceito ESG – *Environmental, Social and Governance*, estando em constante desenvolvimento na área de Governança, com uma gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional.

Com o objetivo de divulgar as ações adotadas pelo Grupo que contribuem para a busca por harmonia entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos, foi desenvolvido o 1.º Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro da GPE referente ao ano de 2023 e divulgado no site do Grupo.

Desempenho Operacional

A usina está conectada ao Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) desde julho de 2012 e vem sendo despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A UTE operou em 2023 conforme os parâmetros contratuais estabelecidos, superando a disponibilidade contratual (60 MW de potência).

A UTE Manauara assegurou uma potência de 61,80 MW (61,80 MW, em 2022) à Eletronorte, superando a disponibilidade contratual (60 MW de potência), gerando e injetando no sistema 541.393 MWh (541.375 MWh, em 2022).

A Companhia vem desenvolvendo projetos para mitigar os impactos socioambientais de seu empreendimento e controlar os riscos e a ocorrência de incidentes ambientais, não tendo sido registrada nenhuma ocorrência em 2023.

Desempenho Econômico-Financeiro

As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva os riscos e contingências associados ao negócio.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas de 2023.

O desempenho econômico-financeiro de 2023, comparativamente ao de 2022, foi influenciado pela variação negativa do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2023, que reajusta tarifas e serviços, bem como pelo saldo de Arrendamento Mercantil a Receber.

Seguem os resultados de 2023, comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2022 (entre parênteses):

Receita Operacional Líquida (ROL): R\$42,8 milhões (R\$38,7 milhões, em 2022), apresentando um incremento de 10,6%. Evolução favorável explicada, principalmente, por:

- Reajuste anual pelo IGPM;
- Redução na alíquota do ICMS que em 2022 era de 25% e em 2023 passou a ser 20%.

Custos e Despesas Operacionais: R\$32,3 milhões (R\$27,4 milhões, em 2022), com aumento de 18,1%.

Ressaltamos que a Companhia reconheceu, após decisão judicial favorável em 2022, crédito referente a exclusão do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS. O crédito gerou uma redução nos custos e despesas apenas naquele ano, por esse motivo houve o aumento dos custos em 2023 se comparado a 2022.

Resultado Operacional: lucro de R\$10,5 milhões (lucro de R\$11,3 milhões em 2022), com decréscimo de R\$0,8 milhões.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): positiva em R\$11,6 milhões (positiva de R\$12,4 milhões em 2022), apresentando decréscimo de R\$0,8 milhões, explicado especialmente pelo resultado operacional. Ressalte-se que o resultado operacional adota critério determinado pelo CPC 06 (R2) - Arrendamentos (assim, a quota anual de depreciação, desconsidera os bens arrendados).

Resultado Financeiro: superavitário, de R\$111,9 milhões (R\$60,4 milhões, em 2022). Variação favorável de 85,3%, explicada principalmente pelo ganho da ação judicial movida pela Companhia contra a Amazonas Distribuidora de Energia S/A, visando a cobrança das parcelas em aberto relativas a combustível, no montante de R\$50,1 milhões.

Lucro Líquido: R\$123,5 milhões (R\$60,5 milhões, em 2022), evolução favorável de 104,13%, explicada especialmente pelo ganho da ação judicial movida pela Companhia contra a Amazonas Distribuidora de Energia S/A já citada acima.

Contas a Receber: R\$35,3 milhões (R\$36,0 milhões em 2022), apresentando uma discreta variação desfavorável de 0,7%, correspondente ao saldo de recebíveis com a Eletronorte, de valores a vencer em até dois meses.

Capital de Giro: O capital circulante líquido, positivo em R\$122,9 milhões (R\$79,4 milhões, em 2022), apresentou aumento de 54,8%, explicado pela quitação da dívida financeira em 2023.

Endividamento: a dívida financeira líquida (financiamentos, líquidos dos depósitos bancários vinculados) de R\$59,6 milhões em 2022 foi quitada em 2023 e a Companhia não fez nova contratação de dívida.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$26,9 milhões (R\$37,5 milhões em 2022), variação desfavorável de 28% em função da liquidação da dívida financeira e do aumento da remuneração paga aos acionistas.

Remuneração Paga aos Acionistas (Juros sobre o Capital Próprio, Líquido de IRRF e Dividendos desembolsados): R\$151,6 milhões (R\$87,8 milhões, em 2022), incremento de 72,7%.

Agradecimentos

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

Manaus, 25 de março de 2024.

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Manauara

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Manauara (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Manauara em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$15.593 mil, entretanto ainda não finalizou a análise sobre o reconhecimento do respectivo passivo. Consequentemente, não foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos desse assunto sobre o saldo de imposto de renda e contribuição social a recolher nas demonstrações financeiras, assim como seus possíveis efeitos nas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Dependência Econômica e finalização do contrato de arrendamento mercantil

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a totalidade da receita da Companhia é proveniente exclusivamente do contrato de arrendamento mercantil financeiro junto à Centrais Elétricas do Norte S.A. o qual será encerrado em maio de 2025 e a Companhia possui expectativa de descontinuar a operação ao término do contrato. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Informações Comparativas - Valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados anteriormente por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 21 de março de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e com as mesmas ênfases mencionadas neste relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

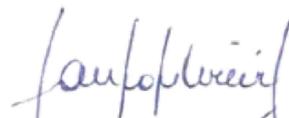
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 25 de março de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2023

(valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.876	37.492	Fornecedores	12	5.457	2.755
Depósitos bancários vinculados	5	-	6.263	Empréstimos e financiamentos	13	-	65.908
Contas a receber de clientes	6	35.349	35.996	Obrigações sociais e trabalhistas		723	624
Arrendamento mercantil a receber	7	59.069	62.485	Obrigações tributárias	14	5.088	4.752
Impostos a recuperar	10	5.761	14.829	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	6.291
Estoques	8	16.988	13.469	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	20.000	28.522
Outras contas a receber	9	8.300	17.897	Outras contas a pagar	16	2.362	222
Total dos ativos circulantes		<u>152.343</u>	<u>188.431</u>	Total dos passivos circulantes		<u>33.630</u>	<u>109.074</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Arrendamento mercantil a receber	7	24.519	74.782	Tributos diferidos	15	8.542	14.403
Impostos a recuperar	10	-	572	Outras contas a pagar	16	1.181	1.429
Depósitos judiciais	11	15.688	95	Total dos passivos não circulantes		<u>9.723</u>	<u>15.832</u>
Outras contas a receber	9	-	33.303	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado		<u>14.955</u>	<u>15.870</u>	Capital social		50.000	50.000
Total dos ativos não circulantes		<u>55.162</u>	<u>124.622</u>	Reservas de lucros		<u>114.152</u>	<u>138.147</u>
				Total do patrimônio líquido	19	<u>164.152</u>	<u>188.147</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>207.505</u></u>	<u><u>313.053</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>207.505</u></u>	<u><u>313.053</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	21	42.822	38.697
Custos de operação e manutenção	22	<u>(25.759)</u>	<u>(23.767)</u>
Lucro bruto		17.063	14.930
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17 e 22	(9.509)	(11.311)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	<u>2.954</u>	<u>7.724</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>10.508</u>	<u>11.343</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		114.160	75.417
Despesas financeiras		<u>(2.203)</u>	<u>(14.987)</u>
Total	23	111.957	60.430
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>122.465</u>	<u>71.773</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	20	(16.863)	(28.614)
Diferido	15	5.862	2.837
Incentivo fiscal	20	<u>12.092</u>	<u>14.533</u>
Total		1.091	(11.244)
Lucro líquido do exercício		<u>123.556</u>	<u>60.529</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de ações		<u>2,75</u>	<u>1,35</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	123.556	60.529
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>123.556</u>	<u>60.529</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucro			Lucro acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		50.000	10.000	66.001	102.737	-	228.738
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	60.529	60.529
Destinação do lucro:							
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	19	-	-	14.533	-	(14.533)	-
Dividendos adicionais pagos de 2020	19	-	-	-	(89.120)	-	(89.120)
Juros sobre capital próprio	19	-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Complemento de reservas de lucros retidos	19	-	-	-	33.996	(33.996)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>50.000</u>	<u>10.000</u>	<u>80.534</u>	<u>47.613</u>	-	<u>188.147</u>
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	123.556	123.556
Destinação do lucro:							
Constituição de Reserva de Incentivo Fiscal	19	-	-	12.092	-	(12.092)	-
Dividendos adicionais pagos de 2022	19	-	-	-	(47.613)	-	(47.613)
Dividendos intermediários pagos de 2023	19	-	-	-	(42.134)	-	(42.134)
Dividendos mínimos obrigatórios	19	-	-	-	-	(27.866)	(27.866)
Juros sobre capital próprio	19	-	-	-	-	(29.938)	(29.938)
Constituição de reservas de lucros retidos	19	-	-	-	53.660	(53.660)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>50.000</u>	<u>10.000</u>	<u>92.626</u>	<u>11.526</u>	-	<u>164.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		123.556	60.529
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	22	1.118	1.034
Valor residual na baixa do imobilizado		3	-
Variação cambial líquida	23	(14)	1.849
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	13 e 23	1.565	12.346
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 23	427	567
Rendimento de depósitos bancários vinculados	23	(100)	(2.662)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	23	(52.245)	(51.430)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(5.861)	(2.837)
Reversão do ajuste a valor presente	7 e 23	(8.806)	(12.821)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		647	1.479
Arrendamento mercantil a receber		114.730	114.012
Estoques		(3.519)	18.833
Impostos a recuperar		9.640	(33.791)
Despesas antecipadas e outros		42.900	29.333
Depósitos judiciais		(15.593)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2.716	(1.329)
Impostos a recolher		1.764	33.407
Obrigações sociais e trabalhistas		99	33
Outras contas a pagar		1.892	254
Caixa gerado pelas operações		<u>214.919</u>	<u>168.806</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		(12.210)	(4.601)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	(2.355)	(12.249)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>200.354</u>	<u>151.956</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(206)	(3.253)
Aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados		6.363	2.492
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>6.157</u>	<u>(761)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(65.545)	(44.149)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19	(151.582)	(87.798)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(217.127)</u>	<u>(131.947)</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(10.616)</u>	<u>19.248</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	37.492	18.244
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	26.876	37.492
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(10.616)</u>	<u>19.248</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2005, com sede em Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia tem por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoelétrica no município de Manaus, para fornecer energia elétrica para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte, anteriormente Amazonas GT. Em 1º de julho de 2021, a Amazonas GT foi incorporada pela Eletronorte, a qual absorveu todos os ativos, colaboradores, bem como compromissos e responsabilidades da Amazonas GT.

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como PIE por meio da Resolução Autorizativa nº 608, de 13 de junho de 2006, da Aneel, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado a pedido da Companhia e a critério da Aneel (direito discricionário).

A Companhia iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006 e possui capacidade instalada de 73.400 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 18.350 kW. Além disso, conta com uma quinta unidade motogeradora de contingência, que é acionada em períodos de parada para manutenções corretivas e preventivas, a fim de garantir o cumprimento da geração mensal contratual.

Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no Contrato de Suprimento de Energia n.º 1.820/2005 (“Contrato”) firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.

A Companhia possui um faturamento fixo mensal com base na sua Potência Contratada Mensal de 60 MW, com preço específico reajustado anualmente e um faturamento variável mensal pela Energia Fornecida referente à operação e manutenção (O&M) com preço específico reajustado anualmente. Este valor é definido pela Energia Líquida Fornecida (MWh) a cada mês.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo as manutenções preventivas e corretivas. A Companhia também é responsável pela aquisição de insumos necessários para a geração, enquanto a Eletronorte é responsável pelo contrato de fornecimento do gás natural. A produção de energia elétrica é integralmente transferida à Eletronorte.

A Amazonas Energia é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Operações de Arrendamento Mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à Aneel.

1.1. Conversão dos motogeradores

Em 2020, a Companhia obteve da Eletronorte a aprovação para conversão dos motogeradores para a modalidade SG, ou seja, operação com 100% gás natural, sem necessidade de compressor de gás e óleo combustível. A conversão das cinco unidades foi concluída em janeiro de 2022, e efetuada de forma gradual, um motor por vez, para que a geração de energia não fosse interrompida. Em 2021, quatro dos cinco motores foram totalmente convertidos. O serviço de conversão foi efetuado pela própria fabricante dos motogeradores, Wärtsilä, na modalidade *Turn key*, ou seja, entregues prontos para uso.

Os motogeradores convertidos tiveram os horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. O investimento no projeto foi de R\$124 milhões e já foram totalmente quitados com o fornecedor. Considerou-se para viabilizar o projeto o reembolso via Sub-rogação da CCC, no valor estimado de até R\$96 milhões, atualizados pelo IPCA. O valor a ser reembolsado pela CCC foi inferior ao valor do investimento da conversão homologado pela Aneel. Tal diferença, conforme determinada em contrato será considerada como investimento não amortizado, e passível de compensação financeira pela Eletronorte ao término do contrato, ou seja, a Companhia prevê reembolso de 100% do valor investido.

A conversão dos motores não acarretou nenhuma alteração contratual relacionada à precificação do arrendamento e de demais serviços de operação e manutenção entre a Companhia e a Eletronorte. A exceção está relacionada à indisponibilidade involuntária de energia que ficou limitada a 5% da potência contratada durante o período da prestação de serviço da conversão, por consequência da parada dos motores. Para maiores detalhes sobre os impactos dessa conversão ver nota explicativa nº 7.

1.2. Finalização do arrendamento mercantil

A expectativa da Administração é de descontinuidade operacional da Companhia após o encerramento do contrato (maio de 2025).

A Administração analisou as principais rubricas do Balanço Patrimonial de modo a assegurar o cumprimento de todos os compromissos assumidos diante de provável descontinuidade operacional da Companhia após o encerramento do Contrato.

Contas a receber

Os montantes a receber de energia são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não há histórico nem expectativa de sua ocorrência.

Estoque

Os itens do estoque serão consumidos pela Companhia e o saldo mínimo restante negociado com a Eletronorte ao fim do Contrato. A Administração vislumbra não haver perdas na realização do estoque considerando, sobretudo pela majoração dos valores (preços) no mercado nacional e internacional.

Outras contas a receber e P&D a pagar

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão amortizados com o Passivo de P&D.

Fornecedores

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até 31 de maio de 2025, sem qualquer perspectiva de multas e/ou penalidades previstas. Eventuais saldos remanescentes serão irrelevantes.

Baseado em sua análise, a Administração está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas com os bancos, fornecedores e demais credores da unidade geradora de caixa, que poderá ser descontinuada, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 25 de março de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após essa data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- NE n.º 7: Arrendamentos CPC 06 (R2).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao Valor Justo (por meio do) Resultado (VJR) são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos, caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com o cliente, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Companhia, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Companhia em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido dos dois o menor e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução Aneel n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como PIE. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A Companhia possui os benefícios da CCC para reembolso da conversão dos motogeradores até o final do contrato e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (Sudam) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007. A Companhia efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixas futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento de receitas de venda de energia elétrica

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- Receita com venda da potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde, assim, ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado na licitação, que inclui na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (iv) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa n.º 1.

- Receita com venda de energia (obrigação de desempenho em ponto específico do tempo): refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

- a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As alterações modificam as exigências contidas no CPC 26 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.
Alterações ao CPC 23 — Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da Alteração
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações ao CPC 26	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações ao CPC 40	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações ao CPC 2	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”
Alterações à CPC 09	Demonstração do valor adicionado

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis Administração não espera que a adoção dessas normas listadas acima tenham impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	3	2
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>26.873</u>	<u>37.490</u>
Total	<u>26.876</u>	<u>37.492</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados à taxa de 96% a 101% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) e operações compromissadas com taxa de 70% a 87% dos CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Banco do Brasil S.A.	-	6.263
Total	<u>-</u>	<u>6.263</u>
Circulante	-	6.263
Não circulante	-	-
Total	<u>-</u>	<u>6.263</u>

Aplicação na forma de um CDB dado como garantia ao financiamento contratado com o Banco do Brasil, conforme a nota explicativa n.º 13. Em 31 de dezembro de 2022 o rendimento foi de 96% do CDI. Esta aplicação foi resgatada ao longo de 2023 juntamente com a liquidação antecipada do financiamento ao qual estava atrelada.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTE

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores a vencer	35.349	35.996
Total	<u>35.349</u>	<u>35.996</u>

Os saldos a receber são, na sua totalidade, com a Eletronorte e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

7. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

Com base nas considerações da nota explicativa n.º 3, a Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento mercantil, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data-base:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ano de vencimento</u>		
2023	-	62.485
2024	62.386	62.385
2025	26.178	26.178
Subtotal	<u>88.564</u>	<u>151.048</u>
Ajuste ao valor presente	<u>(4.976)</u>	<u>(13.781)</u>
Total	<u>83.588</u>	<u>137.267</u>
Circulante	59.069	62.485
Não circulante	<u>24.519</u>	<u>74.782</u>
Total	<u>83.588</u>	<u>137.267</u>

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	187.028
Reversão de ajuste a valor presente	12.821
Baixa por realização	<u>(62.582)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	137.267
Reversão de ajuste a valor presente	8.806
Baixa por realização	<u>(62.485)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>83.588</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$8.806 (R\$12.821 em 2022).

O contrato com a Eletronorte foi aditivado, a Companhia reconheceu uma receita (em 2021 e 2022) pela prestação de serviço atrelada à conversão dos motores no montante de R\$124.394 mais atualizações. No exercício de 2023 a Companhia não reconheceu receita referente a esse tipo de prestação de serviço.

8. ESTOQUES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Combustível	352	627
Almoxarifado de peças para manutenção	16.557	12.390
Outros estoques	79	452
Total	<u>16.988</u>	<u>13.469</u>
Circulante	16.988	13.469
Não circulante	-	-
Total	<u>16.988</u>	<u>13.469</u>

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas.

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas antecipadas	1.859	967
Receita de subrogação (a)	5.944	50.154
Adiantamento a Fornecedores	444	30
Outras contas a receber	53	49
Total	<u>8.300</u>	<u>51.200</u>
Circulante	8.300	17.897
Não circulante	-	33.303
Total	<u>8.300</u>	<u>51.200</u>

(a) Valores a receber relativos a reembolso da CCEE através da Sub-rogação da CCC atrelados à conversão dos motores, conforme explicado na nota explicativa 1.1 e atualizados pelo IPCA. À medida que a prestação do serviço de conversão foi prestada pelo fornecedor contratado pela Companhia, ela reconhecia a correspondente parcela da receita contratualmente acordada com a CCEE como reembolso pela gestão dos serviços contratados de terceiros. O montante em aberto será liquidado mensalmente até abril de 2024.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS	1.329	15.303
PIS	1.395	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.008	-
Outros	29	98
Total	<u>5.761</u>	<u>15.401</u>
Circulante	5.761	14.829
Não circulante	-	572
Total	<u>5.761</u>	<u>15.401</u>

Os saldos da COFINS e do PIS são oriundos, substancialmente, das retenções de recebimentos da Eletronorte, os quais são compensados com obrigações de tributos federais.

A Administração através de suas projeções entende que todos os saldos de impostos a recuperar serão compensados no transcorrer de 2024.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>Processos tributários</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	95
Adições e reversões, líquido (A)	15.593
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>15.688</u>

- (A) Mandado de Segurança Preventivo com pedido liminar, impetrado contra ato do delegado da Receita Federal do Brasil em Manaus, requerendo a declaração de não incidência do IRPJ e CSLL sobre o valor recebido pela Companhia, referente aos juros de mora e correção monetária, em relação ao processo judicial n.º 0046663-52.2011.8.07.0001.

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
MRS Comércio Serviços e Representações Ltda.	-	425
Wartsila (Brasil e Filândia) (a)	4.994	1.441
Outros fornecedores	463	889
Total	<u>5.457</u>	<u>2.755</u>

- (a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina e fornecimentos de peças e sobressalentes.

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até maio de 2025 e não há perspectiva de multas e/ou penalidades previstas.

Diante do exposto, a Administração acredita que o cumprimento de suas obrigações ocorrerá conforme planejado e que os fluxos de caixa a serem gerados pela Companhia, com base nas projeções financeiras e demais ações previstas no seu plano de negócios, serão suficientes para honrar com todos os compromissos assumidos com os bancos, fornecedores e demais credores.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Banco do Brasil - CCB	-	66.335
(-) Custos de transação	-	(427)
Total	<u>-</u>	<u>65.908</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>65.908</u>
Total	<u>-</u>	<u>65.908</u>

A dívida era composta por Cédula de crédito bancária (CCB) assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000 para a viabilização da conversão dos motores de óleo combustível para o gás natural e substituição das dívidas com o BASA e a Sudam, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Entretanto, a liquidação do empréstimo foi realizada antecipadamente em 9 de março de 2023.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	109.393
Juros e variações monetárias provisionadas	12.346
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(12.249)
Amortização dos custos de captação	567
Pagamentos de principal	(44.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>65.908</u>
Juros e variações monetárias provisionadas	1.565
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(2.355)
Amortização dos custos de captação	427
Pagamentos de principal	(65.545)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>-</u></u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
INSS serviços de terceiros	183	185
PIS - Programa de integração social	210	212
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	973	983
PIS/COFINS/CSLL retidos	82	94
ICMS e DIFAL	3.551	3.190
Outros tributos a recolher	89	88
Total	<u>5.088</u>	<u>4.752</u>
Circulante	5.088	4.752
Não circulante	-	-
Total	<u>5.088</u>	<u>4.752</u>

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os tributos diferidos contabilizados no passivo tinham a seguinte origem:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pesquisa & Desenvolvimento	1.128	615
Participações no lucro e resultado	133	-
Reconhecimento do arrendamento mercantil (a)	(9.280)	(15.018)
Diferenças temporárias	(522)	-
Total	<u>(8.541)</u>	<u>(14.403)</u>
Tributos diferido ativo	1.261	615
Tributos diferido passivo	(9.802)	(15.018)
Efeito no resultado	<u>(5.862)</u>	<u>2.837</u>

- (a) Os tributos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do CPC 06 - Arrendamentos, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - P&D	<u>3.543</u>	<u>1.651</u>
Circulante	2.362	222
Não Circulante	1.181	1.429

O objetivo do Programa de P&D da Aneel é promover a cultura da inovação, estimulando a pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico brasileiro, criando equipamentos e aprimorando a prestação de serviços que contribuam para a segurança do fornecimento de energia elétrica, a modicidade tarifária, a diminuição do impacto ambiental do setor e da dependência tecnológica do país.

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora é a GPE conforme nota 1.

A Companhia não possui contrato de mútuo, conta corrente ou qualquer transação com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Remuneração de empregados e dirigentes

Em 2023, foram pagos honorários para a Administração no montante de R\$1.094, sendo R\$817 de remuneração fixa e R\$277 de remuneração variável (em 2022, R\$1.031, sendo R\$752 de remuneração fixa e R\$279 de remuneração variável).

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

18. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo a probabilidade de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas e as classificadas como possíveis estão evidenciadas em nota. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía nenhum processo considerado como risco de perda provável pelos seus assessores jurídicos.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Companhia é de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), dividido em 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas e sua composição pelos acionistas é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	%
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	44.784.000	99,52%
Maria das Graças B. N. Fernandes	216.000	0,48%
Total	45.000.000	100,00%

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo no 202 da Lei nº 6.404/76.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6404/76, até o limite de 20% do capital social, após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

Em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída a reserva legal em função do limite já ter sido atingido, montante de R\$10.000.

Incentivos fiscais do imposto de renda

Por estar situada na área da Sudam, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda (75%), que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu o montante de R\$12.093 (R\$14.533 em 2022) a título de Reserva de incentivo fiscal Sudam, perfazendo um montante acumulado de R\$92.627 (R\$80.534 em 2022).

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.A.s em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía reserva de lucros de R\$114.152, sendo de reserva legal R\$10.000 e reserva de incentivos fiscais R\$92.627, exceções do disposto no Art. 199 da nº 6.404/76 (Lei das S.A.s), não havendo necessidade de aplicar a exigência do referido artigo.

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	123.556	60.529
Média ponderada de ação por lote de mil	45.000	45.000
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$	<u>2,75</u>	<u>1,35</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores e por isso o lucro por ação básico e diluído são iguais.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	123.556	60.529
Reserva Para Incentivos Fiscais	(12.093)	(14.533)
Base para dividendos	<u>111.463</u>	<u>45.996</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(27.866)	(11.499)

Como dividendos intermediários declarados de 2023 no montante de R\$42.134 foram superiores aos dividendos mínimos obrigatórios então não há o que ser constituído no exercício de 2023. Vide movimentação dos dividendos a pagar abaixo.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2023 está apresentado a seguir:

<u>Deliberação</u>	<u>Natureza de remuneração</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação</u>
2023			
RCA de 22 de março de 2023	Dividendos Intermediários 2022	13.617	0,303
AGOE de 30 de março de 2023	Dividendos adicionais 2022	33.996	0,755
RCA de 30 de março de 2023	JCSP 1º trimestre/2023	3.530	0,078
RCA de 30 de junho de 2023	JCSP 2º trimestre/2023	3.648	0,081
RCA de 12 de julho de 2023	JCSP exercício 2021	10.588	0,235
RCA de 12 de julho de 2023	Dividendos Intermediários 1º sem/2023	50.000	1,111
RCA de 12 de dezembro de 2023	JCSP exercício 2009 e 2010	12.172	0,270
RCA de 19 de dezembro de 2023	Dividendos intercalares 3º trim/2023	20.000	0,444
2022			
RCA de 25 de março de 2022	Dividendos Intermediários 2021	22.600	0,502
AGOE de 12 de abril de 2023	Dividendos Adicionais 2021	10.520	0,234
RCA de 13 de maio de 2022	Dividendos Intermediários	26.000	0,578
RCA de 30 de junho de 2022	Dividendos Intermediários	30.000	0,667
RCA de 18 de agosto de 2022	JCSP 1.º sem/2022	7.000	0,156
RCA de 23 de dezembro de 2022	JCSP 2.º sem/2022	5.000	0,111

Movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo dividendos a pagar 2021	17.000
Dividendos propostos referente a 2021	89.120
Juros sobre capital próprio de 2022	12.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.800)
Dividendos pagos	<u>(87.798)</u>
Saldo dividendos a pagar 2022	28.522
Dividendos propostos referente a 2022	47.613
Dividendos mínimos obrigatórios 2023	27.866
Dividendos Intermediários 2023	42.134
Juros sobre capital próprio de 2023	29.938
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(4.491)
Dividendos pagos	<u>(151.582)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2023	<u>20.000</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	122.465	71.773
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(41.638)	(24.403)
Diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	10.179	4.080
Atualização Saldo Recebido CCC	15.615	-
Demais adições e exclusões	<u>(1.019)</u>	<u>(8.291)</u>
Subtotal	<u>(16.863)</u>	<u>(28.614)</u>
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	<u>12.092</u>	<u>14.533</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(4.771)</u>	<u>(14.081)</u>
Taxa efetiva	-3,89%	-19,62%

(*) A Companhia possui projeto aprovado pela Sudam, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de venda de energia (a)	43.302	43.098
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	59.827	59.729
(-) Deduções de venda:		
PIS	(2.893)	(2.804)
COFINS	(13.326)	(12.917)
ICMS	(42.515)	(46.884)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.573)	(1.525)
Total	<u>42.822</u>	<u>38.697</u>

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com a Eletronorte.
- (b) Receita com venda da potência contratada: refere-se à potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo), referente à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (iv) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(4.058)	(3.640)
Depreciação e amortização	(1.118)	(1.034)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(257)	(233)
Custos com manutenção e operação	(22.853)	(23.872)
Custos e despesas com seguros	(1.528)	(1.627)
Despesas com viagens e comunicações	(347)	(350)
Serviços de terceiros	(638)	(917)
Assessoria e consultoria	(4.313)	(3.021)
Tributos (a)	2.829	6.708
Outras despesas (receitas)	(31)	632
Total	<u>(32.314)</u>	<u>(27.354)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(25.759)	(23.767)
Despesas gerais e administrativas	(9.509)	(11.311)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.954	7.724
Total	<u>(32.314)</u>	<u>(27.354)</u>

- (a) Refere-se a pedido de restituição de crédito PIS e COFINS habilitado na RFB através dos processos administrativos decorrentes da decisão judicial.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.270	-
Depósito Vinculado	100	2.662
Atualização saldo crédito habilitado PIS/COFINS (a)	2.530	8.895
PIS e COFINS sobre receita financeira	(2.589)	(543)
Correção receita financeira leasing - CPC 06 (b)	8.806	12.821
Receita financeira leasing - CPC 06 (c)	52.245	51.430
Variações cambiais positivas	27	14
Outras receitas financeiras, líquidas	18	138
Atualização Saldo Recebido CCC (d)	50.753	-
Subtotal	<u>114.160</u>	<u>75.417</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(1.565)	(12.346)
Amortização de custo de captação	(427)	(567)
Variações cambiais negativas	(13)	(1.863)
Outras despesas financeiras, líquidas	(198)	(211)
Subtotal	<u>(2.203)</u>	<u>(14.987)</u>
Total	<u>111.957</u>	<u>60.430</u>

- a) Refere-se à atualização pela SELIC do crédito tributário habilitado na RFB através dos processos decorrentes da decisão judicial.
- b) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- c) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.
- d) Refere-se ao ganho da ação judicial movida pela Companhia contra a Amazonas Distribuidora de Energia S/A, visando a cobrança das parcelas em aberto relativas a combustível.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>		
	CA (*)	VJR (*)	CA (*)	VJR (*)	
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.873	2	37.490	Nível II
Depósitos Bancários Vinculados	-	-	-	6.263	Nível II
Contas a receber	35.349	-	35.996	-	Nível II
Outras contas a receber	91.444	-	188.437	-	Nível II
Total	<u>126.796</u>	<u>26.873</u>	<u>224.435</u>	<u>43.753</u>	

	31/12/2023		31/12/2022		
	CA (*)	VJR (*)	CA (*)	VJR (*)	
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	5.457	-	2.755	-	Nível I
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	65.908	Nível II
Dividendos a Pagar	20.000	-	28.522	-	Nível I
Outras Contas a Pagar	3.543	-	1.651	-	Nível I
Total	<u>29.000</u>	<u>-</u>	<u>32.928</u>	<u>65.908</u>	

(*) CA – Custo amortizado

(*) VJR – Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a conformidade com os limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não são afetadas por eles, conforme segue:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de cliente e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de cliente de 100%, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte deste cliente são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que a mesma possua caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Passivos financeiros não derivativos</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>
Fornecedores	5.753	-
Dividendos à pagar	21.084	-
Outras contas a pagar	2.172	1.846
Total	<u>29.009</u>	<u>1.846</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2023 a Companhia obteve variação cambial líquida negativa de R\$14 (em 2022, variação cambial líquida negativa de R\$1.851).

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia adota a estratégia de negociar os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI e fundos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2023 não havia contratos de empréstimos, financiamentos ou debentures vigentes.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

A tabela abaixo detalha a análise de sensibilidade da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2023 considerando percentual de 10%. A análise é preparada assumindo que o valor do instrumento financeiro em aberto no final do exercício esteve em aberto durante todo o exercício seguinte e que obteve um rendimento esperado conforme as taxas de rendimento apresentadas em 31 de dezembro de 2023. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de variação na taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças do CDI.

Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio quando as taxas de juros reduzem em 10% e todas as outras variáveis se mantêm constantes. Para um aumento da taxa de juros no mesmo percentual, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio líquido.

	CDI em 31/12/23	Variação de 10% do CDI	Efeito no resultado e no patrimônio líquido
Saldo de aplicação financeira			
26.873	11,75%	10,58%	(316)

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas físicas e jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Política de preços (ambiente regulatório)

Existe um contrato bilateral entre a Companhia e a Eletronorte, enquadrado como arrendamento mercantil financeiro. A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de combustível

A Companhia gera energia por meio de UTE. A Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural, não sendo a Companhia responsável por esse contrato, atuando apenas no seu consumo para geração de energia. A Companhia entende não haver riscos relevantes que justifiquem o reconhecimento de perdas.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2023

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$20.825;
- Saldo de dividendos a pagar de 2023 no montante de R\$20.000.

Exercício de 2022

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$28.014.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2024 a Companhia quitou os R\$20.000 de dividendos provisionados.
